

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 43/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.002389/2026-52

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

Unidade:	Engenharia
Objeto:	Manutenção preventiva e limpeza do sistema fotovoltaico
Fonte de Recursos:	6.2.2.1.1.01.04.04.030 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
Responsável pela Demanda:	Eng. Alfredo Leonardo Guedes Fulber
E-mail:	engenharia@crars.org.br
Ramal	4712

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva de sistema gerador de energia solar fotovoltaica, composto por 82 Oitenta e dois) módulos, totalizando aproximadamente 212m² (duzentos e doze metros quadrados) de área instalada, localizado na cobertura do estacionamento da sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS), situada na Rua Marcílio Dias, nº 1030, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, com execução de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, contemplando inspeção técnica, limpeza dos módulos e verificação das conexões elétricas.

3. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

	Setor Demandante	Superintendente Executiva	Vice-Presidente da Área
Nome:	Alfredo Leonardo Guedes Fulber	Gabriela Gonçalves Sanches	Adm. Júlio Cesar Lopes Abrantes
Email:	engenharia@crars.org.br	superex@crars.org.br	vpadministrativo@crars.org.br
CPF:	000.XXX.020-28	004.XXX.010-97	752.XXX.467-87

4. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM BASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico institucional do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS), especialmente no que se refere à diretriz de promoção da eficiência operacional, sustentabilidade e racionalização de custos administrativos.

4.2. A manutenção preventiva e a limpeza periódica do sistema de geração de energia solar fotovoltaica contribuem diretamente para a preservação da eficiência energética da estrutura instalada, assegurando o desempenho adequado dos equipamentos e a maximização da geração de energia limpa. Tal medida está em consonância com as práticas de sustentabilidade ambiental adotadas pela instituição, ao incentivar o uso de fontes renováveis e reduzir a dependência de energia elétrica convencional.

4.3. Adicionalmente, a contratação visa mitigar riscos operacionais, evitando perdas de desempenho decorrentes de acúmulo de sujeira, falhas em conexões elétricas e possíveis danos aos módulos fotovoltaicos, o que poderia acarretar custos mais elevados com manutenções corretivas ou substituição de equipamentos.

4.4. Dessa forma, a iniciativa está alinhada aos objetivos estratégicos de economicidade, eficiência na gestão de recursos públicos, preservação patrimonial e responsabilidade socioambiental, garantindo a continuidade e a otimização do investimento já realizado na infraestrutura de geração de energia solar do CRA-RS.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o adequado funcionamento e a máxima eficiência do sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS), composto por 82 módulos e com área aproximada de 212m².

5.2. A operação contínua desse sistema exige a realização de manutenções preventivas periódicas, bem como a limpeza dos módulos fotovoltaicos, uma vez que o acúmulo de sujeira, poeira, resíduos e outros detritos sobre as placas pode comprometer significativamente a capacidade de geração de energia. Além disso, a verificação regular das conexões elétricas é fundamental para prevenir falhas, garantir a segurança da instalação e prolongar a vida útil dos equipamentos.

5.3. A ausência de manutenção adequada pode resultar em perda de eficiência energética, aumento de custos operacionais, riscos de danos aos componentes do sistema e eventual interrupção na geração de energia, impactando diretamente a economicidade e a sustentabilidade da instituição.

5.4. Considerando que o CRA-RS não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada para a execução desses serviços com a devida qualificação e segurança, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para a realização das intervenções previstas, de forma periódica e contínua.

5.5. Dessa forma, a contratação pretendida é essencial para garantir a preservação do investimento realizado, a continuidade da geração de energia limpa e a manutenção dos padrões de eficiência, segurança e economicidade na gestão dos recursos públicos.

5.6. A presente contratação atende a todos os requisitos exigidos no art. 48, da Lei 14.133/2021, caracterizando-se como execução indireta de atividade material acessória, instrumental e complementar às competências legais desta Autarquia.

6. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

6.1. Com a presente contratação, espera-se assegurar o pleno funcionamento e a otimização do desempenho do sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS), garantindo sua operação contínua, segura e eficiente ao longo do tempo.

6.2. Como resultados, pretende-se alcançar a manutenção dos níveis adequados de geração de energia, por meio da limpeza periódica dos módulos fotovoltaicos e da realização de inspeções técnicas preventivas, reduzindo perdas de eficiência ocasionadas por acúmulo de sujeira ou falhas em componentes elétricos.

6.3. Busca-se, ainda, a mitigação de riscos operacionais, com a identificação precoce de eventuais irregularidades, desgastes ou falhas no sistema, possibilitando a adoção de medidas corretivas antes que ocorram danos mais graves ou interrupções no funcionamento.

6.4. Adicionalmente, almeja-se a ampliação da vida útil dos equipamentos, a redução da necessidade de manutenções corretivas e a preservação do investimento realizado na infraestrutura de geração de energia solar.

6.5. Por fim, espera-se contribuir para a redução dos custos com consumo de energia elétrica convencional, a melhoria da eficiência energética da edificação e para o fortalecimento das práticas de sustentabilidade institucional, mediante o uso eficiente de fonte de energia limpa e renovável.

7. FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. A forma de contratação será definida no decorrer da instrução processual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

8. PRAZO PRETENDIDO PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Estabelece-se como prazo ideal para a conclusão da contratação o menor prazo possível, observada a regular tramitação do procedimento administrativo e o atendimento das etapas necessárias à formalização da contratação.

9. ENCAMINHAMENTOS

9.1. Em conformidade com [Decreto 10.947](#), de 25 de janeiro de 2022, emitida pela Presidência da República, encaminha-se o presente Documento de Formalização de Demanda (DFD) à Área de Licitações e Contratos.

Responsável pela Contratação:

Alfredo Leonardo Guedes Fulber
Chefe de setor-Engenharia
CREA-RS 266699

De acordo:

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches
Superintendente Executiva do CRA-RS
CRA-RS nº 30370



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Leonardo Guedes Fülber**, **Chefe de Setor**, em 29/05/2026, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Gonçalves Sanches**, **Superintendente Executivo(a)**, em 29/05/2026, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **4012919** e o código CRC **28388DA3**.



PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2026

Conselho Regional de Administração do RS (UASG)
389150

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva de sistema gerador de energia solar fotovoltaica, composto por 82 (oitenta e dois) módulos fotovoltaicos, totalizando aproximadamente 212 m² (duzentos e doze metros quadrados) de área instalada, localizado na cobertura do estacionamento da sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, situada na Rua Marcílio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, com execução de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, contemplando inspeção técnica preventiva, limpeza especializada dos módulos fotovoltaicos, verificação das conexões elétricas e emissão de relatório técnico de manutenção.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.424,71 (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/07/2026 às 9h (horário de Brasília)

LOCAL DA PUBLICAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CERTAME

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	9
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8.	DO TERMO DE CONTRATO	12
9.	DOS RECURSOS.....	13
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
11.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	16
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16

EDITAL**Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**

Processo Administrativo SEI nº 476910.002389/2026-52

Torna-se público que o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Rua Marcílio Dias, 1030, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO E FECHADO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva de sistema gerador de energia solar fotovoltaica, composto por 82 (oitenta e dois) módulos fotovoltaicos, totalizando aproximadamente 212 m² (duzentos e doze metros quadrados) de área instalada, localizado na cobertura do estacionamento da sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, situada na Rua Marcílio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, com execução de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, contemplando inspeção técnica preventiva, limpeza especializada dos módulos fotovoltaicos, verificação das conexões elétricas e emissão de relatório técnico de manutenção.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. Em caso de discordância, entre as especificações do objeto descrito no sítio eletrônico do Comprasgov (www.gov.br/compras) e as especificações do objeto descrito no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor total, e valor unitário considerando que estão previstas duas limpezas anuais, uma por semestre.

4.1.2. quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade prevista no Termo de Referência.

4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, anexo I deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.21.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.21.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.21.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- 5.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 5.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.24.2. empresas brasileiras;
- 5.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 5.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.27. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.28.1. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.28.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.1.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2.1 As exigências de habilitação estão previstas nos itens [9.2 a 9.26](#) do Termo de Referência.

7.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados via campo próprio do sistema Compras.gov.br.

7.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12 A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

7.13 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.crars.org.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5. fraudar a licitação;
- 10.1.6. **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, e
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.1.2 e 10.1.2.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.7 e 10.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.1.2 e 10.1.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do sul, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.7 e 10.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1, 10.1.2 e 10.1.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.2.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento somente poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@crars.org.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, conforme §2º do artigo 16 da IN SEGES nº 73/2022.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial do CRA-RS: www.crars.org.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

APROVAÇÃO:

Aprovo o edital e determino que seja realizada a sua publicação.

Porto Alegre, assinado digitalmente.

Adm. Flávio Cardozo de Abreu

Presidente do CRA-RS

CRA-RS 20.904

Engenharia
Rua Marcílio Dias 1030 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre-RS - CEP 90130-000
Telefone: (51) 3014-4700 - www.crars.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 62/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.002389/2026-52

Referência legal

O presente Termo de Referência foi elaborado em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência para aquisição de bens e contratação de serviços.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva de sistema gerador de energia solar fotovoltaica, composto por 82 (oitenta e dois) módulos fotovoltaicos, totalizando aproximadamente 212 m² (duzentos e doze metros quadrados) de área instalada, localizado na cobertura do estacionamento da sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, situada na Rua Marcílio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, com execução de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, contemplando inspeção técnica preventiva, limpeza especializada dos módulos fotovoltaicos, verificação das conexões elétricas e emissão de relatório técnico de manutenção, nos termos da tabela abaixo e conforme as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Instalação/Manutenção - Energia Solar Fotovoltaica	19747	serviço	2	R\$ R\$ 2.212,36 (dois mil duzentos e doze reais e trinta e seis centavos)	R\$ 4.424,71 (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos)

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A quantidade prevista corresponde à realização de 02 (duas) manutenções preventivas durante a vigência inicial da contratação, sendo uma por semestre.

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Considerando tratar-se de serviço de natureza continuada destinado à preservação da eficiência, segurança operacional e vida útil do sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do CRA-RS, a contratação poderá ser prorrogada até o limite de 10 (dez) anos, desde que atendidos os requisitos legais e contratuais aplicáveis.

2.5. Também serão observadas as normas técnicas aplicáveis à execução do objeto,

especialmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas a instalações elétricas e sistemas fotovoltaicos, com destaque para a ABNT NBR 5410 e ABNT NBR 16690.

2.6. A execução dos serviços deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e a NR-35 – Trabalho em Altura, bem como às demais legislações, regulamentos e disposições pertinentes aplicáveis ao objeto da contratação.

2.7. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis à execução dos serviços, à vigência, às condições de prorrogação, às obrigações das partes e aos mecanismos de fiscalização e gestão contratual.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da necessidade da contratação e dos respectivos quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento que integra o presente processo administrativo e constitui apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada operação, eficiência energética, segurança e conservação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do CRA-RS. A realização periódica de serviços especializados de limpeza e manutenção preventiva contribui para a maximização da geração de energia, redução de perdas de desempenho decorrentes do acúmulo de sujeira nos módulos, identificação antecipada de falhas e aumento da vida útil dos equipamentos que compõem o sistema.

3.3. Além disso, a manutenção preventiva possibilita a verificação das condições das conexões elétricas, estruturas aparentes de fixação e demais componentes do sistema, mitigando riscos operacionais e garantindo a continuidade do adequado funcionamento da usina fotovoltaica.

3.4. A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026. Contudo, sua realização mostra-se necessária para garantir a adequada conservação e o desempenho do sistema fotovoltaico instalado na sede do CRA-RS, tratando-se de demanda superveniente identificada pela área técnica após a elaboração do planejamento anual de contratações.

3.5. A ausência de previsão no PCA não inviabiliza a contratação, uma vez que a necessidade encontra-se devidamente justificada nos autos, possui disponibilidade orçamentária e está alinhada aos objetivos institucionais de preservação do patrimônio público, eficiência energética e continuidade das atividades administrativas da Autarquia.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva do sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do CRA-RS, compreendendo a realização de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral.

4.3. Os serviços abrangem, no mínimo, a inspeção técnica do sistema, a limpeza especializada dos módulos fotovoltaicos, a verificação das conexões elétricas e demais componentes aparentes, bem como a emissão de relatório técnico contendo o registro das atividades executadas, eventuais não conformidades identificadas e recomendações para manutenção da eficiência operacional do sistema.

4.4. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a contratação visa preservar o desempenho energético dos módulos fotovoltaicos, prevenir falhas prematuras, reduzir riscos operacionais, prolongar a vida útil dos equipamentos e assegurar o retorno do investimento realizado pela Administração na implantação da usina solar. A adoção de manutenção preventiva periódica representa medida tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, contribuindo para a sustentabilidade, eficiência energética e continuidade das atividades institucionais do CRA-RS.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. **Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a CONTRATADA deverá assegurar o atendimento à legislação e demais requisitos aplicáveis aos seus processos, produtos e serviços e seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção dos materiais e equipamentos, deve ser dada preferência à aquisição de produtos constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis.

5.2. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando a necessidade de manutenção da responsabilidade técnica integral da CONTRATADA pela execução dos serviços especializados objeto da contratação.

5.3. **Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, em razão da baixa complexidade da execução contratual, da reduzida materialidade do risco envolvido e conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

5.4. **Vistoria:** A realização de vistoria prévia é facultativa, porém recomendável, tendo em vista a necessidade de pleno conhecimento das condições de execução dos serviços, das características do sistema fotovoltaico e das particularidades do local onde serão realizadas as atividades.

5.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

5.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo anexo ao Termo de Referência.

5.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.5. A participação no certame implicará a aceitação integral das condições de execução dos serviços descritas neste Termo de Referência, independentemente da realização da vistoria.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Descrição detalhada do objeto

6.1.1. A execução do objeto deverá ocorrer de forma contínua e programada, mediante a realização de 02 (duas) intervenções anuais, com periodicidade semestral, no sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do CRA-RS.

6.1.2. **Início da execução do objeto:** A partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, esta terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos para iniciar a execução dos serviços demandados, mediante prévio agendamento com o CONTRATANTE.

6.1.3. Os serviços deverão ser executados por equipe técnica qualificada, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relativas à segurança em instalações elétricas e trabalho em altura.

6.1.4. Cada intervenção deverá contemplar, no mínimo:

- a) Limpeza dos módulos fotovoltaicos, com utilização de técnicas e produtos adequados, que não causem danos às superfícies e garantam a remoção eficiente de sujeiras e

resíduos;

- b) Inspeção visual e técnica do sistema, incluindo verificação do estado físico dos módulos, estruturas de fixação e suportes;
- c) Verificação das conexões elétricas, com identificação de eventuais falhas, desgastes ou riscos, assegurando o correto funcionamento do sistema;
- d) Realização de ajustes e reapertos em conexões e estruturas acessíveis, quando tecnicamente aplicável;
- e) Identificação e comunicação de eventuais falhas, danos ou irregularidades que demandem manutenção corretiva;
- f) Registro fotográfico do sistema antes e após a execução dos serviços;
- g) Emissão de relatório técnico contendo, no mínimo, a descrição dos serviços executados, data da intervenção, registro fotográfico, não conformidades identificadas, recomendações técnicas e demais informações relevantes à fiscalização contratual.

6.1.5. Os relatórios técnicos deverão ser entregues à fiscalização do contrato em até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão de cada intervenção.

6.1.6. Os serviços deverão ser previamente agendados com a fiscalização do contrato, de modo a não interferir nas atividades institucionais do CRA-RS.

6.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, bem como observar as normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs).

6.1.8. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e demais custos relacionados à execução contratual correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

6.1.9. Eventuais não conformidades identificadas durante a execução deverão ser comunicadas imediatamente à fiscalização, para as providências cabíveis.

6.1.10. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, que atestará a conformidade das atividades realizadas para fins de recebimento.

6.2. Local e horário da prestação dos serviços

6.2.1. Os serviços serão prestados na sede do Conselho, sito à Rua Marcílio Dias nº 1030, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, de segunda à sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h, podendo, excepcionalmente, mediante prévia autorização da fiscalização, serem executados em horários distintos, quando necessário ao atendimento do interesse da Administração.

6.3. Materiais a serem disponibilizados pela CONTRATADA

6.4. Para a adequada execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- a) Equipamentos de limpeza adequados, tais como escovas macias, rodos, panos não abrasivos, extensores, mangueiras e sistemas de limpeza com baixa pressão;
- b) Produtos de limpeza neutros e biodegradáveis, apropriados para módulos fotovoltaicos;
- c) Equipamentos de medição e inspeção elétrica, quando aplicável;
- d) Equipamentos de acesso e segurança para trabalho em altura, incluindo escadas, linhas de vida e sistemas de ancoragem;
- e) Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs), conforme normas vigentes.

6.5. Especificações da garantia do serviço

6.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8078, de 11 de

setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.5.2. A CONTRATADA responderá pela qualidade dos serviços prestados, devendo corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas, defeitos ou inadequações decorrentes da execução dos serviços que venham a ser constatados durante o período de garantia.

6.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.6.2. Ao término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá entregar à fiscalização toda a documentação técnica produzida durante a execução do contrato, incluindo relatórios, registros fotográficos e demais documentos relacionados aos serviços executados.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. Preposto

7.6.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6.2. O preposto não precisará permanecer nas dependências do CRA-RS de forma contínua, devendo, contudo, estar disponível para atendimento das demandas da fiscalização e comparecer ao local sempre que solicitado ou quando necessária sua atuação para a execução dos serviços.

7.6.3. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

7.7. Fiscalização

7.7.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.2. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas,

o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.7.7. Compete ainda ao fiscal verificar a efetiva realização das intervenções CONTRATADAS, conferir os relatórios técnicos apresentados, validar os registros fotográficos e atestar a conformidade dos serviços executados para fins de recebimento e pagamento.

7.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.7.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.7.10. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

7.7.11. Após o recebimento e a conferência dos documentos exigidos contratualmente, o fiscal encaminhará a documentação pertinente ao setor responsável pela liquidação e pagamento da despesa.

7.8. Gestor do Contrato

7.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Critérios de Medição e Pagamento

8.1.1. A avaliação da execução do objeto será realizada mediante a verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e no contrato celebrado.

8.1.2. Será indicada retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando constatado que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados contratualmente estabelecidos;
- b) deixou de executar, total ou parcialmente, os serviços contratados;
- c) executou os serviços em desacordo com os padrões mínimos de qualidade exigidos;
- d) deixou de empregar os materiais, equipamentos, ferramentas ou recursos humanos necessários à adequada execução do objeto;
- e) deixou de apresentar os relatórios técnicos, registros fotográficos ou demais documentos exigidos para comprovação da execução dos serviços.

8.1.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará, no mínimo:

- a) a efetiva realização da intervenção programada;
- b) a apresentação do relatório técnico correspondente;
- c) a entrega dos registros fotográficos antes e após a execução dos serviços;
- d) a inexistência de pendências ou não conformidades que comprometam a aceitação dos serviços.

8.2. **Do recebimento**

8.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, mediante o respectivo termo de ateste emitido pelo fiscal do contrato.

8.2.2. O recebimento provisório ocorrerá mediante emissão de termo de recebimento provisório ou ateste equivalente pelo fiscal do contrato.

8.2.3. Após a verificação da conformidade dos serviços executados e da documentação apresentada, o objeto será recebido definitivamente em até 10 (dez) dias úteis, salvo necessidade de diligências complementares.

8.3. **Requisitos técnicos dos serviços**

8.3.1. Os serviços executados deverão observar:

- a) as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência;
- b) as normas técnicas aplicáveis aos sistemas fotovoltaicos;
- c) as normas de segurança do trabalho e de trabalho em altura;
- d) a Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8.4. **Prazo de pagamento**

8.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.5. **Liquidação**

8.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente e após o ateste do Fiscal de Contrato correrá o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para fins de emissão da nota de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.5.2. Para fins de liquidação, o Fiscal de Contrato deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data de emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.5.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/ME nº 3/2018).

8.5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.5.8. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

8.5.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.6. Forma de pagamento

8.6.1. O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.7. Repactuação e Reajuste

8.7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato.

8.8. Cessão de crédito

8.8.1. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na execução dos serviços, calculada sobre o valor da intervenção não realizada ou realizada em atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor contratual;

9.2.5. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total do objeto;

9.2.6. Multa compensatória proporcional ao prejuízo causado, na hipótese de inexecução parcial, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.10.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.13. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Os débitos do Contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global.

10.2. Regime de Execução

10.2.1. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço global, considerando que os serviços possuem escopo definido e quantitativo previamente estimado.

10.3. Critérios de aceitabilidade de preços

10.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, proposta consolidada que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo disponibilizado pela Administração.

10.4. Exigências de habilitação

10.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica previstos neste Termo de Referência.

10.4.2. Habilitação jurídica

10.4.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

10.4.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.4.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

10.4.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.4.5. **Qualificação Técnica**

10.4.5.1. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação, compreendendo atividades de manutenção, limpeza ou inspeção de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica.

10.5. O atestado deverá demonstrar que a empresa possui experiência prévia na execução de

serviços similares, não sendo exigido quantitativo mínimo específico em razão da baixa complexidade e reduzida dimensão da contratação.

10.6. A empresa deverá declarar que dispõe ou disporá, quando da execução contratual, de profissionais capacitados para realização dos serviços em altura, observando os requisitos da NR-35, bem como, quando aplicável, os requisitos da NR-10 para atividades relacionadas a instalações elétricas.

10.7. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.8. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.9. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência mediante apresentação, no momento da assinatura do contrato, da documentação necessária ao exercício regular da atividade no território nacional.

10.10. Serão admitidos, para fins de comprovação da capacidade técnica, atestados referentes a contratos executados de forma concomitante.

10.11. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa participante.

11. QUANTITATIVO DE FORNECIMENTO, DIMENSIONAMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. Para dimensionamento da proposta, o objeto tem como base as seguintes características:

- a) Sistema de geração de energia solar fotovoltaica composto por 82 (oitenta e dois) módulos, com área aproximada de 212 m² (duzentos e doze metros quadrados);
- b) Instalação localizada na cobertura do estacionamento da sede do CRA-RS;
- c) Necessidade de execução de 02 (duas) intervenções anuais (semestrais);
- d) Acesso em área elevada, exigindo adoção de procedimentos de segurança para trabalho em altura;
- e) Execução dos serviços sem interrupção das atividades institucionais.

11.2. As propostas de preços deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar no mínimo:

11.2.1. Razão Social, número do CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, telefone e e-mail da empresa proponente.

11.2.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data do certame;

11.2.3. Dados bancários da empresa, com o número de conta corrente e agência;

11.2.4. Descrição detalhada dos serviços ofertados, em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência;

11.2.5. Valor unitário correspondente a cada intervenção semestral prevista e valor global da contratação, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à adequada execução do objeto, inclusive mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas, deslocamentos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e demais despesas incidentes;

11.2.6. A proposta deverá considerar a realização de 02 (duas) intervenções anuais no sistema fotovoltaico descrito neste Termo de Referência, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais por deslocamento, utilização de equipamentos, emissão de relatórios técnicos ou fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços.

11.2.7. Declaração de que os preços apresentados contemplam todos os custos necessários à execução integral do objeto contratado.

11.2.8. A apresentação da proposta implica plena concordância da licitante com todas as condições, exigências, prazos e especificações constantes deste Termo de Referência e demais documentos que integram a contratação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

12.1.7. Transmitir ao preposto da CONTRATADA toda e qualquer demanda.

12.1.8. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

12.1.9. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência.

12.1.10. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA.

12.1.11. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.

12.1.12. A Administração terá o prazo de *15 (quinze) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

12.1.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.1.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, quando aplicável.

12.1.16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.1.17. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

12.1.18. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.1.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

12.1.21. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano

causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2. A CONTRATADA obriga-se a:

12.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

12.2.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.5. Observar rigorosamente as disposições da NR-35 (Trabalho em Altura), da NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), quando aplicável, e demais normas técnicas e de segurança relacionadas à execução do objeto;

12.2.6. Fornecer e exigir a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) necessários à execução dos serviços;

12.2.7. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.2.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.2.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.10. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

12.2.11. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, juntamente com a nota fiscal de prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.2.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

12.2.14. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou

acidente que se verifique no local dos serviços.

12.2.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.2.16. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.2.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a execução dos serviços;

12.2.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.2.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

12.2.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

12.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

12.2.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

12.2.23. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

12.2.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

12.2.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

12.2.27. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados; assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação.

12.2.28. Zelar pela perfeita execução dos serviços.

12.2.29. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste Termo de Referência.

12.2.30. Prestar os serviços de forma metódica e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.

12.2.31. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto.

12.2.32. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

12.2.33. Entregar os serviços nos prazos e condições especificados.

12.2.34. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total do objeto em tela é de R\$ 4.424,71 (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos), conforme pesquisa de preços realizada, correspondente à execução de 02 (duas) intervenções anuais de limpeza e manutenção preventiva do sistema fotovoltaico, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

13.2. O valor foi apurado mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação aplicável, considerando parâmetros de mercado compatíveis com o objeto pretendido e refletindo o preço estimado para a contratação.

13.3. O valor estimado constitui o limite máximo aceitável para fins de contratação, sendo desclassificadas as propostas que permanecerem acima desse montante, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRA-RS, o qual será atendido através da seguinte dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.04.030 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver, será indicada após aprovação do Orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, na hipótese de alteração na dotação orçamentária a ser utilizada.

14.3. A contratação encontra-se compatível com o planejamento orçamentário da Autarquia e possui previsão de recursos para atendimento das despesas decorrentes de sua execução.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A presente contratação será formalizada por meio de **Contrato de Prestação de Serviços**, a ser celebrado entre o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS e a empresa vencedora do procedimento de contratação.

15.2. Integram a contratação, para todos os fins e efeitos, este Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA, os documentos de habilitação, a ordem de serviço e demais documentos que compõem o processo administrativo.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos princípios que regem a Administração Pública e nas demais normas aplicáveis à matéria.

15.4. A participação no procedimento de contratação implica plena ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

15.5. A execução contratual deverá observar integralmente as especificações técnicas, os requisitos de segurança, as normas ambientais e as demais condições estabelecidas nos documentos que integram a contratação.

Documento assinado digitalmente



ALFREDO LEONARDO GUEDES FULBER
Data: 02/06/2026 08:36:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alfredo Leonardo Guedes Fulber
Chefe de Setor - Engenharia
CREA-RS 266699



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Leonardo Guedes Fülber**, **Chefe de Setor**, em 02/06/2026, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **4012956** e o código CRC **F8AF31FF**.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP-BENS E SERV. Nº 53/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.002389/2026-52

Referência legal:

A presente contratação será regida pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando-se, ainda, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares no âmbito da Administração Pública Federal.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva de sistema gerador de energia solar fotovoltaica, composto por 82 (oitenta e dois) módulos, totalizando aproximadamente 212 m² (duzentos e doze metros quadrados) de área instalada, localizado na cobertura do estacionamento da sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS), situada na rua Marcilio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, em Porto Alegre-RS, com execução de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, contemplando inspeção técnica, limpeza dos módulos e verificação das conexões elétricas.

1.2. A execução compreenderá 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, contemplando:

- 1.2.1. Limpeza técnica dos módulos fotovoltaicos;
- 1.2.2. Inspeção visual e técnica do sistema;
- 1.2.3. Verificação das conexões elétricas;
- 1.2.4. Análise das condições gerais dos componentes;
- 1.2.5. Emissão de relatório técnico conclusivo.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o adequado funcionamento e a máxima eficiência do sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS), composto por 82 (oitenta e dois) módulos e com área aproximada de 212m² (duzentos e doze metros quadrados).

2.2. A operação contínua desse sistema exige a realização de manutenções preventivas periódicas, bem como a limpeza dos módulos fotovoltaicos, uma vez que o acúmulo de sujeira, poeira, resíduos e outros detritos sobre as placas pode comprometer significativamente a capacidade de geração de energia. Além disso, a verificação regular das conexões elétricas é fundamental para prevenir falhas, garantir a segurança da instalação e prolongar a vida útil dos equipamentos.

2.3. A ausência de manutenção adequada pode resultar em perda de eficiência energética, aumento de custos operacionais, riscos de danos aos componentes do sistema e eventual interrupção na geração de energia, impactando diretamente a economicidade e a sustentabilidade da instituição.

2.4. Considerando que o CRA-RS não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada para a execução desses serviços com a devida qualificação e segurança, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para a realização das intervenções previstas, de forma periódica e contínua.

2.5. Dessa forma, a contratação pretendida é essencial para garantir a preservação do investimento realizado, a continuidade da geração de energia limpa e a manutenção dos padrões de eficiência, segurança e economicidade na gestão dos recursos públicos.

2.6. A presente contratação atende a todos os requisitos exigidos no art. 48, da Lei 14.133/2021, caracterizando-se como execução indireta de atividade material acessória, instrumental e complementar às competências legais desta Autarquia.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

3.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico institucional do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS), especialmente no que se refere à diretriz de promoção da eficiência operacional, sustentabilidade e racionalização de custos administrativos.

3.2. A manutenção preventiva e a limpeza periódica do sistema de geração de energia solar fotovoltaica contribuem diretamente para a preservação da eficiência energética da estrutura instalada, assegurando o desempenho adequado dos equipamentos e a maximização da geração de energia limpa. Tal medida está em consonância com as práticas de sustentabilidade ambiental adotadas pela instituição, ao incentivar o uso de fontes renováveis e reduzir a dependência de energia elétrica convencional.

3.3. Adicionalmente, a contratação visa mitigar riscos operacionais, evitando perdas de desempenho decorrentes de acúmulo de sujeira, falhas em conexões elétricas e possíveis danos aos módulos fotovoltaicos, o que poderia acarretar custos mais elevados com manutenções corretivas ou substituição de equipamentos.

3.4. Dessa forma, a iniciativa está alinhada aos objetivos estratégicos de economicidade, eficiência na gestão de recursos públicos e responsabilidade socioambiental, garantindo a continuidade e a otimização do investimento já realizado na infraestrutura de geração de energia solar do CRA-RS.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para atender à demanda do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS), a empresa a ser contratada deverá possuir e comprovar capacidade técnica e operacional, bem como possuir conhecimento especializado na execução de serviços de limpeza e manutenção preventiva em sistemas de geração de energia solar fotovoltaica.

4.2. Nesse sentido, a contratada deve conhecer profundamente:

- a) Os princípios de funcionamento de sistemas fotovoltaicos conectados à rede (on-grid), incluindo geração, conversão e distribuição de energia elétrica;
- b) Técnicas adequadas de limpeza de módulos fotovoltaicos, com uso de materiais, equipamentos e procedimentos que não causem danos às superfícies, evitando abrasão, riscos ou comprometimento da eficiência dos painéis;
- c) Procedimentos de manutenção preventiva em sistemas fotovoltaicos, abrangendo inspeção visual, verificação de integridade estrutural, identificação de pontos de sombreamento e análise de desempenho;
- d) Normas técnicas e boas práticas aplicáveis, especialmente as relacionadas à segurança em instalações elétricas e serviços em altura, incluindo, quando aplicável, as Normas Regulamentadoras pertinentes (NR-10: Segurança com Eletricidade e NR-35: Trabalho em Altura);
- e) Métodos de verificação e aperto de conexões elétricas, identificação de falhas, aquecimento anormal, desgaste de cabos e demais componentes do sistema;
- f) Procedimentos de segurança para execução dos serviços, garantindo a integridade dos trabalhadores, das instalações e dos equipamentos durante as intervenções;
- g) Elaboração de relatórios técnicos detalhados, contendo o registro das atividades realizadas, diagnóstico das condições do sistema e recomendações para eventuais ações corretivas.

4.3. Adicionalmente, a contratada deverá dispor de equipe qualificada, equipamentos adequados e experiência comprovada na execução de serviços similares, assegurando a qualidade, a segurança e a eficiência das intervenções previstas.

4.4. O serviço deverá ser realizado de forma continuada, considerando a necessidade de

intervenções periódicas ao longo do tempo, com execução prevista em caráter semestral, a fim de assegurar a manutenção da eficiência, segurança e vida útil do sistema de geração de energia solar fotovoltaica.

4.5. A contratada deve ser do ramo do objeto e estar em dia com as obrigações fiscais.

4.6. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrão de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.7. Os serviços e bens que serão contratados são facilmente encontrados no mercado local e já são amplamente utilizados em outras instituições, não existindo restrição de fornecedores.

4.8. Trata-se de serviço comum a ser contratado mediante Pregão Eletrônico, em sua forma eletrônica.

4.9. **Sustentabilidade**

4.9.1. A CONTRATADA deverá obedecer os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, além de atender os requisitos que baseiam, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que se adequem à presente contratação.

4.9.2. A contratada deverá atender as normas utilizadas para garantir a eficiência e segurança da contratação abaixo relacionadas:

a) Normas da ABNT aplicáveis a sistemas de energia solar fotovoltaica e instalações elétricas, especialmente a ABNT NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e demais normas correlatas;

b) Requisitos estabelecidos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e a NR-35 (Trabalho em Altura), considerando que os serviços serão executados em cobertura;

c) Boas práticas para uso racional de recursos naturais, incluindo o uso consciente de água no processo de limpeza dos módulos fotovoltaicos, evitando desperdícios;

d) Utilização de produtos de limpeza biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental, sempre que possível, que não comprometam o desempenho dos equipamentos nem o meio ambiente;

e) Correto acondicionamento e destinação de eventuais resíduos gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

f) Adoção de práticas que visem à redução de riscos ambientais, à prevenção de acidentes e à preservação da integridade dos equipamentos e da estrutura existente.

4.10. A CONTRATADA deverá, ainda, atuar de forma a minimizar impactos ambientais, contribuindo para a manutenção da eficiência do sistema de geração de energia limpa e renovável.

4.11. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.12. **Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a baixa complexidade financeira da contratação, a reduzida exposição patrimonial da Administração e a natureza rotineira dos serviços.

4.13. **Vistoria:** A realização de vistoria prévia será facultativa, sendo assegurado aos interessados o direito de visita técnica ao local de execução dos serviços, mediante prévio agendamento pelo e-mail engenharia@crars.org.br.

4.13.1. A vistoria poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h, acompanhada por servidor designado pelo CRA-RS.

4.13.2. Para realização da vistoria, o representante da empresa deverá apresentar documento de identificação e comprovação de vínculo com a empresa interessada.

4.13.3. A não realização da vistoria não poderá servir de fundamento para posteriores alegações de desconhecimento das condições do local de execução dos serviços, devendo a licitante assumir integral responsabilidade pelos riscos decorrentes de sua opção.

4.14. **Consórcio:** É vedada a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto, ainda que apresente complexidade, comprovadamente, por meio de pesquisa mercadológica, poderá ser executado de forma individualizada, por uma única instituição contratada, conferindo maior segurança e confidencialidade aos requisitos envolvidos na contratação.

4.15. **Documentos de Habilitação:** Os critérios de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão definidos no Termo de Referência, observando-se a compatibilidade com a natureza e complexidade do objeto, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.16. Quanto à qualificação técnica, poderá ser exigida comprovação de experiência anterior em serviços compatíveis com o objeto, bem como atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente NR-10 e NR-35, quando pertinentes.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade de manutenção e limpeza do sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS).

5.2. Verificou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e limpeza de sistemas fotovoltaicos, com oferta estruturada e capacidade de atendimento a demandas de pequeno e médio porte, como a presente contratação. Tais serviços são comumente prestados de forma periódica, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com intervenções programadas conforme a necessidade do sistema.

5.3. Foram consideradas, de forma comparativa, as seguintes alternativas:

a) **Execução direta pela Administração:** mostrou-se inviável, tendo em vista a ausência de equipe técnica especializada no quadro do CRA-RS, bem como a inexistência de equipamentos e capacitação específicos necessários para a execução segura dos serviços, especialmente em atividades que envolvem eletricidade e trabalho em altura;

b) **Contratação de serviços sob demanda (eventual):** não se mostra adequada, pois a manutenção do sistema fotovoltaico requer periodicidade definida (semestral), sendo essencial a previsibilidade das intervenções para garantir a eficiência energética e evitar perdas de desempenho;

c) **Contratação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra:** apresenta-se como a solução mais adequada, considerando a necessidade de intervenções periódicas, previamente programadas, com escopo definido, sem necessidade de alocação permanente de profissionais nas dependências da Administração.

5.4. Dessa forma, conclui-se que a solução mais vantajosa e eficiente consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva do sistema fotovoltaico, com execução semestral, abrangendo inspeção técnica, limpeza dos módulos e verificação das conexões elétricas.

5.5. A escolha dessa solução está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade, garantindo a preservação do investimento realizado, a continuidade da geração de energia limpa e a mitigação de riscos operacionais.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva do sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS).

6.2. O sistema é composto por 82 (oitenta e dois) módulos fotovoltaicos, com área aproximada de 212 m² (duzentos e doze metros quadrados), instalado na cobertura do estacionamento da edificação, demandando cuidados técnicos específicos para garantir sua eficiência, segurança e durabilidade.

6.3. A execução dos serviços deverá ocorrer por meio de 02 (duas) intervenções anuais, com

periodicidade semestral, previamente programadas, contemplando, no mínimo:

- a) Limpeza técnica dos módulos fotovoltaicos, com utilização de métodos, equipamentos e insumos adequados, que preservem a integridade das placas e assegurem a remoção de sujidades que impactem na geração de energia;
- b) Inspeção visual e técnica do sistema, com verificação de possíveis anomalias, danos aparentes, sombreamento ou acúmulo de resíduos;
- c) Verificação das conexões elétricas, fixações, cabeamentos e demais componentes do sistema, visando identificar falhas, desgastes ou riscos operacionais;
- d) Adoção de procedimentos seguros de trabalho, especialmente em relação a serviços em altura e em instalações elétricas;
- e) Emissão de relatório técnico após cada intervenção, contendo o detalhamento das atividades executadas, condições verificadas e eventuais recomendações.

6.4. A solução não prevê dedicação exclusiva de mão de obra, sendo os serviços executados de forma pontual, conforme cronograma estabelecido entre as partes, com fornecimento, pela contratada, de todos os equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto.

6.5. A contratação abrange, portanto, um conjunto integrado de atividades preventivas, com foco na manutenção do desempenho do sistema fotovoltaico, na mitigação de riscos e na ampliação da vida útil dos equipamentos, garantindo a continuidade da geração de energia limpa e a adequada gestão do ativo público.

7. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	QUANTIDADE - anual	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Instalação/Manutenção - Energia Solar Fotovoltaica	19747	2	R\$ 2.212,36 (dois mil duzentos e doze reais e trinta e seis centavos)	R\$ 4.424,71 (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos)

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da presente contratação de que trata este Estudo Técnico Preliminar, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.030 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Considerando as especificidades da prestação de serviços a ser contratada, a não possibilidade de parcelamento da contratação se justifica pelos seguintes motivos:

9.2. **Natureza dos Serviços:** A contratação se refere a serviços especializados e contínuos que requerem a execução integral e ininterrupta para o cumprimento de objetivos específicos e prazos estabelecidos. O parcelamento da contratação dificultaria o acompanhamento da qualidade e a continuidade do serviço, comprometendo a eficiência e a eficácia da execução contratual.

9.3. **Vinculação à Execução Integral:** A execução do objeto contratado está diretamente relacionada a uma entrega contínua e sem fracionamento. Qualquer tentativa de parcelamento comprometeria a eficiência na execução e o atendimento adequado às necessidades previstas no Termo de Referência.

9.4. **Capacidade Técnica e Gerencial:** A contratação exige uma gestão única e especializada, que garanta a coordenação de todas as etapas do serviço de forma eficiente. A fragmentação do contrato em parcelas comprometeria o controle administrativo e gerencial, dificultando a monitorização e avaliação do serviço prestado.

9.5. **Unicidade do Objeto:** O serviço a ser contratado é único e indivisível, com escopo e requisitos claramente definidos. A divisão da contratação em parcelas não se aplicaria ao objeto, pois seria

impraticável e não traria benefícios econômicos ou operacionais.

9.6. **Impossibilidade de Substituição Parcial:** Em muitos casos, os serviços envolvidos exigem que sejam executados de forma contínua e com o mesmo padrão de qualidade. O parcelamento poderia resultar na alteração dos termos de execução e até na mudança de prestadores, o que prejudicaria a qualidade final do serviço prestado.

9.7. **Eficiência e Conformidade com a Legislação:** A contratação sem parcelamento visa garantir a economicidade, eficiência e a melhor utilização dos recursos públicos, além de estar em conformidade com a legislação vigente, que exige que a contratação seja realizada de forma compatível com as necessidades da administração.

9.8. Dessa forma, fica evidenciado que o parcelamento da contratação não se apresenta como a melhor solução para atender às necessidades do contrato e garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados. A contratação deverá ser realizada em uma única fase, conforme as condições e exigências definidas no Termo de Referência.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.9. Não se identificam providências prévias necessárias à celebração do contrato, uma vez que a execução do objeto não demanda adequações estruturais, capacitações específicas ou medidas preparatórias adicionais por parte da Administração.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Identifica-se a seguinte contratação correlata e/ou interdependente 476910.002290/2024-99: Infraestrutura Física - Implantação de energia fotovoltaica.

12. DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário porém que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores.

12.2. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e manutenção preventiva do sistema de geração de energia solar fotovoltaica apresenta, em geral, baixo impacto ambiental, considerando a natureza do objeto e a periodicidade semestral das intervenções. Ainda assim, alguns impactos potenciais devem ser observados e mitigados:

a) Consumo de água: a atividade de limpeza dos módulos fotovoltaicos pode demandar uso de água, devendo-se priorizar o consumo racional, com utilização de métodos eficientes que reduzam desperdícios;

b) Uso de produtos químicos: eventual utilização de agentes de limpeza pode gerar impacto ambiental caso não sejam biodegradáveis ou sejam utilizados de forma inadequada. Recomenda-se a adoção de produtos neutros, biodegradáveis e em conformidade com normas ambientais;

c) Geração de resíduos: poderão ser gerados resíduos sólidos de pequena monta, como embalagens de produtos de limpeza, panos, materiais descartáveis ou componentes substituídos durante manutenção. Tais resíduos devem ser destinados corretamente, conforme a legislação ambiental vigente;

d) Risco de contaminação: o descarte inadequado de efluentes provenientes da limpeza pode causar contaminação do solo ou do sistema de drenagem, devendo a contratada adotar práticas que evitem o escoamento de substâncias nocivas;

e) Interferência local temporária: durante a execução dos serviços, pode haver interferência pontual no ambiente (ruído, circulação de trabalhadores), sem impactos significativos ou permanentes.

12.3. Por outro lado, destaca-se que a manutenção adequada do sistema fotovoltaico contribui positivamente para o meio ambiente, ao garantir maior eficiência na geração de energia limpa e renovável, reduzindo a dependência de fontes poluentes e colaborando para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa.

12.4. Dessa forma, os impactos ambientais associados são considerados de baixa magnitude, temporários e mitigáveis, desde que observadas boas práticas operacionais e a legislação ambiental aplicável.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 Após a análise da necessidade institucional, da aderência aos objetivos estratégicos do CRA-RS, das exigências normativas aplicáveis, da regularidade do mercado fornecedor e da viabilidade técnica e econômica da solução proposta, declara-se viável a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva do sistema de geração de energia solar fotovoltaica instalado na sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS).

13.2 A contratação contempla sistema composto por 82 (oitenta e dois) módulos fotovoltaicos, com área aproximada de 212 m² (duzentos e doze metros quadrados), com execução de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, abrangendo atividades de inspeção técnica, limpeza dos módulos e verificação de conexões elétricas.

13.3 A solução proposta está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, segurança, sustentabilidade e continuidade do serviço público. Embora não esteja prevista no Plano Anual de Contratações da entidade, a demanda possui caráter necessário e superveniente, encontrando-se devidamente justificada nos autos e compatível com os objetivos institucionais do CRA-RS.

13.4 Conclui-se, portanto, que a contratação é adequada e necessária para atendimento do interesse público, contribuindo para a manutenção da eficiência operacional do sistema de geração de energia fotovoltaica.

Documento assinado digitalmente
gov.br ALFREDO LEONARDO GUEDES FULBER
Data: 01/06/2026 17:47:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alfredo Leonardo Guedes Fulber
Chefe de Setor - Engenharia
CREA-RS 266699



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Leonardo Guedes Fülber, Chefe de Setor**, em 01/06/2026, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **4012926** e o código CRC **57F666E6**.



MINUTA TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2026
PROCESSO SEI Nº 476910.002389/2026-52
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXX/2026

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, Autarquia Federal da Administração Indireta regulamentada pela Lei nº 4.769/1965, inscrita no CNPJ sob o nº 92.913.318/0001-81, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1030, Bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre/RS, neste ato representado por seu Presidente Adm. Flávio Cardozo de Abreu, nomeado pela Ata de Posse nº 005/2025, de 13 de Janeiro de 2025, inscrito no CPF sob nº 542.XXX.200-82.

CONTRATADA: XXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxx, Bairro XX, em XXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXX, por seu representante legal, Sr. XXXXXXXXXXXX.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº XXX/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1** O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva de sistema gerador de energia solar fotovoltaica, composto por 82 (oitenta e dois) módulos fotovoltaicos, totalizando aproximadamente 212 m² (duzentos e doze metros quadrados) de área instalada, localizado na cobertura do estacionamento da sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, situada na Rua Marcílio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, com execução de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, contemplando inspeção técnica preventiva, limpeza especializada dos módulos fotovoltaicos, verificação das conexões elétricas e emissão de relatório técnico de manutenção, nas condições estabelecidas na proposta da CONTRATADA, no Termo de Referência e seus anexos.
- 1.2** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1** O Aviso de Contratação Direta;
 - 1.2.2** A proposta atualizada da CONTRATADA;
 - 1.2.3** O Termo de Referência e seus anexos; e
 - 1.2.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3** Em caso de divergência ou conflito entre as disposições deste contrato e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura eletrônica aposta neste instrumento, prorrogável sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, desde que observadas as condições previstas nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.
- 2.3** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1** O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão e entrega, são os indicados neste contrato e no Termo de Referência, o qual é parte



integrante e complementar deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

3.2 A execução dos serviços observará integralmente as especificações técnicas, níveis de serviço e condições operacionais definidos no Termo de Referência, que integra este contrato como parte indissociável.

3.3 O pagamento de cada intervenção ficará condicionado ao recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato, mediante verificação da conformidade da execução, dos registros fotográficos e do relatório técnico exigido.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1.1 O valor total da contratação é de R\$ XXXX, conforme proposta da CONTRATADA, a qual é parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de sua transcrição, composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR SEMESTRAL	VALOR TOTAL
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva de sistema gerador de energia solar fotovoltaica, composto por 82 (oitenta e dois) módulos fotovoltaicos, totalizando aproximadamente 212 m ² (duzentos e doze metros quadrados) de área instalada, localizado na cobertura do estacionamento da sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, situada na Rua Marcílio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, com execução de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, contemplando inspeção técnica preventiva, limpeza especializada dos módulos fotovoltaicos, verificação das conexões elétricas e emissão de relatório técnico de manutenção.	02	R\$	R\$

5.1.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2 FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.2.2 A CONTRATADA deverá informar previamente ao CONTRATANTE seus dados bancários, obedecendo os prazos constantes na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.2.3 Considera-se ocorrido o recebimento e aceite da nota fiscal quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato, a partir do qual passará a contar o prazo para a realização do pagamento constante nesta cláusula;

5.2.4 Havendo erro na nota fiscal, fatura e/ou documento de cobrança, o pagamento não será efetuado até que a CONTRATADA a retifique, período esse em que também não haverá incidência de correção monetária ou juros sobre o valor dela.



5.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

5.3.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.3.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.3.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.3.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.6 Na hipótese de a CONTRATADA ser regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6 CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente contrato.

6.2 Após 12 (doze) meses, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

7.1.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à prestação dos serviços,



no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;

7.1.5 Aplicar à CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

7.1.6 Todas as demais obrigações constantes no Termo de Referência, o qual é parte integrante e complementar do presente instrumento.

7.2 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste contrato, no Aviso de Contratação, Termo de Referência e em sua proposta comercial e demais anexos porventura existentes, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021;

8.1.2 Indicar formalmente um preposto para representá-la na execução do contrato.

8.1.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.2 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

8.4 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

8.5 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique durante a execução dos serviços.

8.6 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação no processo de contratação.

8.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.10 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

8.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

8.12.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.12.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;



- 8.12.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - 8.12.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 8.12.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 8.12** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 8.13** Executar os serviços observando integralmente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, incluindo a realização das intervenções semestrais, inspeções técnicas, limpeza dos módulos fotovoltaicos, verificação das conexões elétricas, emissão dos relatórios técnicos e registros fotográficos exigidos;
- 8.14** Entregar relatório técnico em até 5 (cinco) dias úteis após cada intervenção, contendo todas as informações exigidas no Termo de Referência;
- 8.15** Manter profissionais capacitados e habilitados para atividades em altura e em instalações elétricas, observando integralmente as exigências da NR-35, NR-10 e demais normas técnicas aplicáveis;
- 8.16** Responder pela qualidade dos serviços executados, devendo corrigir, sem ônus ao CONTRATANTE, quaisquer falhas ou defeitos identificados durante o prazo legal de garantia;
- 8.17** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.

9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.1** As partes comprometem-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, especialmente com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como com as normas e orientações expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, no que couber, no âmbito da execução do presente contrato.
- 9.2** Para os fins deste contrato, o CONTRATANTE atuará como Controlador dos dados pessoais tratados no contexto da execução contratual, enquanto a CONTRATADA atuará como Operadora, realizando o tratamento de dados pessoais estritamente de acordo com as instruções fornecidas pelo CONTRATANTE e somente para os fins necessários à execução do objeto contratado.
- 9.3** A CONTRATADA compromete-se a:
- a) tratar os dados pessoais exclusivamente para a finalidade de execução do presente contrato, sendo vedada qualquer utilização para finalidade diversa;
 - b) adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, observados os padrões de segurança da informação compatíveis com as melhores práticas de mercado;
 - c) garantir que o acesso aos dados pessoais seja restrito aos profissionais estritamente necessários à execução do contrato, assegurando que estes estejam sujeitos a deveres de confidencialidade;
 - d) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito da execução contratual, quando aplicável;
 - e) não compartilhar, transferir, divulgar ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;
 - f) assegurar que eventuais suboperadores ou prestadores de serviços que venham a ter acesso a dados pessoais no âmbito da execução contratual assumam obrigações equivalentes às previstas nesta cláusula.
- 9.4** A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, fornecendo todas as informações necessárias para a avaliação do incidente e para a adoção das medidas cabíveis.
- 9.5** Ocorrendo incidente de segurança envolvendo dados pessoais, a CONTRATADA deverá



adotar imediatamente todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para cessar ou mitigar seus efeitos, cooperando integralmente com o CONTRATANTE para investigação, contenção e eventual comunicação aos titulares dos dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

- 9.6 A CONTRATADA compromete-se a prestar ao CONTRATANTE todas as informações e apoio necessários para o atendimento às solicitações dos titulares de dados pessoais, bem como para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias relacionadas à proteção de dados.
- 9.7 Encerrado o contrato ou atingida a finalidade do tratamento, a CONTRATADA deverá, conforme orientação do CONTRATANTE, eliminar, anonimizar ou devolver todos os dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, inclusive eventuais cópias, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas em lei.
- 9.8 O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades contratuais cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa da CONTRATADA pelos danos eventualmente causados ao CONTRATANTE, aos titulares dos dados ou a terceiros.
- 9.9 As obrigações previstas nesta cláusula permanecerão vigentes mesmo após o término ou rescisão do presente contrato, enquanto houver tratamento de dados pessoais decorrente da execução contratual.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 10.2 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 10.3 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 10.4 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 10.5 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.6 Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 11.1 Conforme art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato pode ser:
 - 11.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



11.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

11.1.2.1 A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.2 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.3 Caso as obrigações contratuais não sejam cumpridas no prazo estipulado, aplicar-se-ão as disposições previstas nos itens subsequentes, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.4 Quando a não conclusão do contrato no prazo estipulado decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) ficará a CONTRATADA constituída em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções administrativas cabíveis;

b) poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legalmente admitidas para assegurar a continuidade da execução contratual e a satisfação do interesse público.

11.5 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3 Das indenizações e multas.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para atender a este contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício, conforme abaixo:

- 6.2.2.1.1.01.04.04.030 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, fica definida que a fiscalização deste contrato por parte do CONTRATANTE será exercida por funcionário previamente designado pela Administração.

13.2 Na ausência do fiscal designado, a fiscalização será exercida por colaborador formalmente designado pela Administração por meio de Portaria.

13.3 A fiscalização abrangerá a conferência dos relatórios técnicos, registros fotográficos, conformidade dos serviços executados e demais requisitos previstos no Termo de Referência.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei 14.133/2021.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – REGRAS ANTICORRUPÇÃO

17.1 As partes comprometem-se a não oferecer, prometer, autorizar, conceder ou receber vantagem indevida, direta ou indiretamente, a agente público ou privado, bem como a não realizar qualquer pagamento, comissão, doação, compensação, entrega ou promessa de pagamento com a finalidade de obter vantagem indevida ou influenciar decisões de agentes públicos ou privados.

17.2 As partes comprometem-se a não financiar, custear, patrocinar ou de qualquer forma subvencionar a prática de atos ilícitos previstos na legislação anticorrupção.

17.3 As partes desde já se declaram cientes e concordam que são práticas inaceitáveis na relação ora estipulada: (i) todo e qualquer tipo de discriminação, quer de cunho econômico, social, político, de cor, de raça, de sexo ou de religião; (ii) pagamento ou recebimento de propina de qualquer espécie; (iii) recebimento ou pagamento de brindes, presentes ou favores de natureza não promocional, que não respeitem as melhores práticas legais e morais, com vistas à obtenção ou concessão de privilégios indevidos; e (iv) atos que causem danos aos interesses éticos da CONTRATADA ou de terceiros, do governo, de clientes ou tragam prejuízos diretos ou indiretos; (v) exercer influência indevida sobre qualquer autoridade pública; (vi) induzir qualquer autoridade pública a realizar ou deixar de realizar qualquer ato, infringindo as suas atribuições legais.

17.4 As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente a legislação anticorrupção aplicável, especialmente a Lei nº 12.846/2013.

17.5 No caso de se verificar a prática de qualquer ato lesivo, o presente contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – INTEGRIDADE

18.1 O CONTRATANTE e a CONTRATADA declaram não utilizar, em nenhuma de suas atividades, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, das convenções da OIT e dos Princípios Orientadores da ONU ou tampouco de mão-de-obra escrava ou análoga, comprometendo-se a envidar esforços para que as referidas medidas sejam adotadas também nos contratos firmados com os demais fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

18.2 Também declaram combater qualquer forma de exploração sexual de crianças ou adolescentes e a não promover ação ou divulgação de material promocional que estimule as referidas práticas, bem como se comprometem a envidar esforços para que referida medida seja adotada nos contratos firmados com os seus demais fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

18.3 Declaram rejeitar qualquer prática discriminatória para acesso à relação de emprego ou sua manutenção e/ou relacionamentos comerciais e sociais, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil ou idade.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ASSINATURAS

19.1 Este instrumento será regido de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil e é assinado eletronicamente pelas partes, garantindo-se a autoria e integridade das assinaturas



eletrônicas nele constantes nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e demais leis e normas aplicáveis a essa modalidade de assinatura.

- 19.2** As partes expressamente indicam e reconhecem que os signatários possuem plenos poderes para assinar em nome das Partes, assim como declaram que os nomes e e-mails correspondem aos signatários das Partes, portanto, com a forma de assinatura deste instrumento, ainda que em plataforma eletrônica, será válido para todos os fins e efeitos de direito.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

- 20.1** As partes elegem o Foro da Justiça Federal, da Circunscrição de Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste termo de contrato.
- 20.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato é assinado eletronicamente pelas partes, após lido e achado conforme.

Porto Alegre, datado e assinado eletronicamente.

Adm. FLÁVIO CARDOZO DE ABREU
Conselheiro Presidente
CRA-RS nº 20.904

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Conselho Regional de Administração do Estado do Rio Grande do Sul – CRA-RS

CNPJ: 92.913.318/0001-81

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:		CNPJ:	
FONE: ()		E-MAIL:	
RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA:			
Nº DO BANCO:		BANCO:	
Nº DA AGÊNCIA:		CONTA CORRENTE Nº	

- 1. Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e manutenção preventiva de sistema gerador de energia solar fotovoltaica, composto por 82 (oitenta e dois) módulos fotovoltaicos, totalizando aproximadamente 212 m² (duzentos e doze metros quadrados) de área instalada, localizado na cobertura do estacionamento da sede do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, situada na Rua Marcílio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, com execução de 02 (duas) intervenções anuais, em periodicidade semestral, contemplando inspeção técnica preventiva, limpeza especializada dos módulos fotovoltaicos, verificação das conexões elétricas e emissão de relatório técnico de manutenção.

2. QUANTITATIVOS E VALORES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção - Energia Solar Fotovoltaica	19747	serviço	2	R\$	R\$

CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Prazo para início da execução: conforme Termo de Referência.
- Prazo de vigência contratual: 12 (doze) meses.
- Declaro que estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras despesas necessárias ao pleno cumprimento do objeto.

Porto Alegre, xx de julho de 2026.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA COM CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL